Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.05, 2025
ISSN 2178-6925

COMODIFICAÇÃO E SERVIDÃO VOLUNTÁRIA: A DISRUPÇÃO DA SOBERANIA INDIVIDUAL NA SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA

COMMODIFICATION AND VOLUNTARY SERVANT: THE DISRUPTION OF INDIVIDUAL SOVEREIGNTY IN THE SURVEILLANCE SOCIETY

Vinicio Carrilho Martinez
Doutor em Ciências Sociais, UNESP – Professor doutor, Associado IV, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
E-mail: vinicio@ufscar.br

Samuel Cerqueira Melo
Mestrando em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
E-mail: samuelmelo@estudante.ufscar.br

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra[1]
Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
E-mail: avaete@estudante.ufscar.br

Resumo

A sociedade de vigilância cria uma nova dimensão de controle em que nossas informações pessoais, opiniões políticas e até mesmo nossas expressões faciais são monitoradas, analisadas e utilizadas para gerar um excedente de dados comportamentais. A exploração dessas questões nos levará a explorar as complexas dinâmicas de poder e soberania tecnológica, ao mesmo tempo em que refletimos sobre o impacto desse paradigma sem precedentes na condição humana. A metodologia utilizada para a construção da presente investigação foi a pesquisa bibliográfica, baseando-se por materiais publicados anteriormente, como artigos, teses e livros. Conclui-se que é possível entender que o indivíduo se torna uma extensão anatômica dos interesses ideológicos e políticos das grandes corporações de dados. Os rastreadores digitais, o nudging (arquitetura de escolha) e as redes neurais de previsão comportamental são ferramentas que ampliam a construção do indivíduo como mercadoria.

Palavras-chave: Comodificação; disrupção; soberania; sociedade.

1 Responsável pelas correções ortográficas deste artigo.

Abstract

The surveillance society creates a new dimension of control in which our personal information, political opinions, and even our facial expressions are monitored, analyzed, and used to generate a surplus of behavioral data. Exploring these issues will lead us to explore the complex dynamics of power and technological sovereignty, while reflecting on the impact of this unprecedented paradigm on the human condition. The methodology used to construct this investigation was bibliographic research, based on previously published materials, such as articles, theses, and books. The conclusion is that it is possible to understand that the individual becomes an anatomical extension of the ideological and political interests of large data corporations. Digital trackers, nudging (choice architecture), and behavioral prediction neural networks are tools that expand the construction of the individual as a commodity.

Keywords: Commodification; disruption; sovereignty; society.

1 INTRODUÇÃO

As estratégias de mercado têm alterado seu curso no século XXI. Elas têm se tornado cada vez mais individualizadas, direcionando o produto certo para a pessoa certa. Não importa se o indivíduo possui uma grande ou limitada capacidade econômica – o produto para consumo chegará para cada perfil. Neste sentido, o indivíduo contemporâneo encontra-se mercantilizado em si mesmo – resultado da despossessão daquilo que normalmente não seria percebido como mercadoria e transformado em superávit comportamental (Zuboff, 2019).

Dentro desse contexto, a mercantilização citada pelo autor é resultado de uma matéria-prima que no capitalismo industrial não era vista como fonte de riqueza: dados comportamentais. A ideologia do capitalismo não se altera ao longo da história, mas suas ferramentas, instrumentos e mecanismos atualizam as características da sociedade de vigilância (Bauman, 2013).

> “Não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar o status dos consumidores ao de mercadorias vendáveis. Por essa razão, em última instância, passar no teste de consumidor é condição inegociável para a admissão numa sociedade que foi remodelada à feição do mercado” (Bauman, 2013. p 38).

Nesse cenário disruptivo, constitui-se o indivíduo dataficado, objetivado diante dos grandes conglomerados de dados que o enxergam exclusivamente como matéria-prima no ecossistema de coleta, controle e mineração de dados comportamentais. Este, impressionado pelo design de software, com funcionalidades que, em muitos casos, não condizem com a cultura local e alteram os modos de ser, encontra-se diante de um imperativo que o condiciona como um soldado que serve voluntariamente aos interesses comerciais e ideológicos das big techs.

A servidão voluntaria (Boétie, 2006) possui o imperativo de conceber um indivíduo sujeitado, condicionado, seduzido às armadilhas algorítmicas que constituem o ecossistema digital – dentro de uma narrativa em que poucos dominam muitos – grupos sociais, cidades, estados e países. Para o autor:

> Digno de espanto, se bem que vulgaríssimo, e tão doloroso quanto impressionante, é ver milhões de homens a servir, miseravelmente curvados ao peso do jugo, esmagados não por uma força muito grande, mas aparentemente dominados e encantados apenas pelo nome de um só homem cujo poder não deveria assustá-los, visto que é um só, e cujas qualidades não deveriam prezar porque os trata desumana e cruelmente (Boétie, 2006, p. 5-6).

O imperativo da servidão voluntária tem como princípio adestrar, controlar, manipular as multidões confusas a partir de um poder que é sutil, deliberado e silencioso – um poder instrumentário que é capaz de apropriar-se para aproveitar cada vez mais e melhor do comportamento humano gerado na rede de computadores. O indivíduo dataficado é parte central das *big tech*, isso porque esses segmentos comerciais precisam de fontes inesgotáveis de dados comportamentais.

A isto, o indivíduo contemporâneo encontra-se comodificado neste contexto de consumo, reduzido apenas a um dado, a uma mercadoria vendável comercializada no sigilo das transações entre corporações, resultado da despossessão da informação de si, tendo sua subjetivada subvertida, desrespeitada, em muitos dos casos com seu consentimento, mas sem seu conhecimento.

Dando continuidade a sequência analítica, a sociedade de vigilância produz um poder instrumentário que é capaz de vigiar para apropriar-se. Os *softwares*

constituídos a partir de Inteligência Artificial (IA) e *machine learning* são capazes de predizer o comportamento humano agora ou num futuro próximo. Este, por sua vez, é capaz de subverter grupos sociais e induzir um comportamento numa única direção, assim:

> No modelo de confluência de máquina, a "liberdade" da máquina de cada indivíduo é subordinada ao conhecimento do sistema como um todo. O poder instrumentário tem por objetivo organizar, arrebanhar e sintonizar a sociedade de maneira a adquirir uma *confluência social* semelhante, uma na qual a pressão do grupo e a certeza computacional substituem a política e a democracia, extinguindo a realidade tal como a percebemos e a função social da existência do indivíduo (Zuboff, 2019, p. 37).

Portanto, a sociedade de vigilância produz uma nova fronteira de poder na qual nossas vozes, rostos, posicionamentos políticos, interesses pessoais, são vigiados, coletados, processados e transformado em superavit comportamental. A continuação deste trabalho conduzirá o leitor às dinâmicas competitivas por poder e soberania tecnologia e, de outro lado, como o humano sucumbe diante deste paradigma sem precedentes.

2 DISTOPIA X

As investidas distópicas do bilionário Elon Musk (membro do seleto grupo de "os donos do mundo") contra decisões do STF (Supremo Tribunal Federal), especialmente do ministro Alexandre de Moraes, em "cercear" contas de cunho distópico, negacionista, fascista, revelam muitas coisas: ações coordenadas de uma extrema direita (fascista) global, perdas econômicas anunciadas no *X*, retração de espaços de ações antirrepublicanas e atentatórias à soberania nacional ou ("apenas") criações fantasiosas, bizarras, ficcionais (como é de praxe na distopia), alucinógenas, disruptivas da realidade mais comum aos seres humanos habituados a alguma base no raciocínio lógico-dedutivo. Seja como for, possivelmente atando todos os itens ou "motivações", o fato é que a série de crimes de Lesa Pátria não cessam; agora (e não deverá ser a última consequência), as próprias decisões – resguardadas sob sigilo judicial/institucional – foram expostas publicamente nos EUA (Deputados [...], 2024) por apoiadores dessa distopia dos novos donos do mundo. Há que se lembrar, frisar, que seis ou

sete mega conglomerados da indústria de altas tecnologias e da informação (e também entretenimento: a Disney) têm um portifólio muito superior ao PIB (Produto Interno Bruto) de muitos países relevantes economicamente, incluindo-se o Brasil.

Essa experiência distópica, disruptiva, fascista (em moldes pós-modernos de extrema fragmentação e negação institucional, de toda e qualquer formalidade da vida social e pública, como microfísicas, microfibras de poderes insólitos), traz essa base material em que operam as megas empresas, deturpadoras do Estado de Direito (impondo-se, corrompendo-se por meio de um capitalismo rentista que abriga um Estado rentista). Ao mesmo tempo, essa experiência forja, modula, embota subjetividades humanas como fossem meros dados, num jogo de dados dos deuses do mercado global. Em parte, é também essa demonstração de subjetividades estioladas, pulverizadas, amorfas como os seres inativos de uma *Distopia X*, que veremos. No entanto, sempre em mente a *Distopia X* promovida por Elon Musk e seus parceiros do capitalismo rentista globalizado. Além, é claro, de pautarmos e de pensarmos formas de resistência à dissolução do ser social que passem, naturalmente, pela defesa e reinauguração da Polis, sempre em luta contra a destruição da política (Martinez, 2023).

3 CRISE (DIGITAL) DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO - O ESTRANHAMENTO MAIS ESTRANHO DA HUMANIDADE

Além de todas as formas de crises mais agudas, repentinas, passageiras ou permanentes trazidas pela atual condição do capitalismo financeiro, ainda há um aspecto bem delineado que relaciona política e CTS: a crise da descontinuidade institucional gerada pela negação da Política.

Há uma tendência ao incremento político-eleitoral da chamada extrema direita, fascista, racista, misógina, narcisista, preconceituosa (cínica), que abre outras brechas na própria Institucionalidade. Portanto, não se trata somente de uma crise representativa ou democrática; ao contrário, aposta-se na Destruição da Política (Martinez, 2023), da Polis, do próprio espaço público.

Ainda é preciso dizer que nos propomos a estar no mesmo contexto em que virtual e real parecem coexistir como duas faces da mesma moeda (Lévy, 1996). Não temos, portanto, uma crise comum, mas sim um corolário: “A luta pelo poder

nas sociedades democráticas atuais passa pela política midiática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos" (Castells, 2018, p. 26).

Com a iminente perda da Política (se é que já não se manifestou)[2], surgiu uma "política emocional", visual – se bem que esta aparição é muito antiga, remontando à Era da TV (a eleição de Collor é um caso célebre) –, em que as "elaborações mentais" não seguem mais linearmente a condução corretiva, coercitiva, do raciocínio lógico-dedutivo. É como se só tivéssemos opiniões – e sobre tudo, e mais ainda sobre as pessoas, num esforço hercúleo de cancelamento, banimento (Bauman, 2013), de tudo que não caiba mais na bolha de ressonância do EU mesmo.

É interessante pensar, ainda, que não se promulga uma "razão", apenas opinião. E é obrigatório entender que opinião não tem correspondência direta, imediata, com a racionalização; afinal, o que poderia haver de racional em tocar um berrante de gado, no aeroporto, à espera da chegada de um político?

Como não vamos mais à autoeducação política, uma vez que demanda muito empenho participar da Política fora das bolhas das redes antissociais (WhatsApp), a nossa própria comunicação política é performada, limitada, pelas impressões e opiniões dos outros – cópias de um "copia e cola" de nossas imagens e em perfeita semelhança ao desejo difundido de destruir a Política.

> A comunicação de massa se modela mediante a **autocomunicação de massa**[3] através da internet e das plataformas wi-fi onipresentes em nossa prática. A dinâmica de construção de uma mensagem simples e facilmente debatível em um universo multiforme conduz à personalização da política (Castells, 2018, p. 27 – grifo nosso).

É certo que não há nenhuma novidade nesta personalização da política, visto que temos elaborado há ao menos um século o culto à personalidade

2 Podemos observar alguns dos efeitos corrosivos dos espaços de "fazer-se política", em virtude das ações e contaminação nazifascistas crescentes no fato de que os interesses bilionários de alguns, em desproveito da democracia e da humanidade, são cada vez mais lucrativos – exatamente, na proporção em que se tornam mais virulentos à Política: (Biddle, 2024, *online*). Há, claramente, uma aliança entre as tecnologias disruptivas, o capitalismo financeiro e esse capitalismo de dados – e sem levar em consideração aspectos de convergência com máfias.

3 Nas bolhas de referência, falamos para nós mesmos, como aquele que se admirava olhando-se na imagem projetada numa poça de água.

(totalitário) e o populismo político – de esquerda e de direita. Então qual é a novidade?

A novidade está no aprisionamento dentro da bolha de ressonância, no banimento do "fazer-se política", na redução cognitiva da educação política moldada, exclusivamente – ou prioritariamente – pela autocomunicação: Narciso fala a si mesmo todos os dias, todas as horas, porque, na determinação objetiva e subjetiva do pós-moderno, "lá, onde havia o Outro, adveio o mesmo" (Baudrillard, 1993). O "mesmo" aqui somos nós mesmos: a redundância é proposital nesse monólogo de alienação (tirando-se de si) do EU infinitamente expandido pelo digital.

Dessa forma, a autoeducação se resume à autocomunicação: "aprendendo-se" a repetir continuamente os próprios erros, os mesmos erros. Todo mundo é educador e analista de si. É mais ou menos como conversar com o eco e responder ao questionamento com seriedade, sem se dar conta do vazio existencial dos significados autoatribuídos.

Há um moto-contínuo do rebaixamento da capacidade cognitiva porque cada vez mais relegamos às máquinas o próprio esforço da aprendizagem (não há nada de elitista na afirmação, apenas a observação da chamada base material), e o mais amplo processamento das informações. É algo como perceber o sucateamento do nosso software pessoal, em descompasso crescente do hardware maquínico (dominante, hegemônico), afetando-nos como um todo, do governante ao CEO, do estudante ao docente, da geração TIk Tok ao chat GPT.

Em que pese tudo isso ser, por deveras, assustador e temerário quanto ao futuro – na distopia, poderia haver ontologia (incompreendida, manipulada, negada) sem correspondência com nenhuma teleologia: é claro que a epistemologia política não resistirá a isso –, ainda temos que elaborar a fissura dos materiais que compõe a Institucionalidade moderna: racionalidade, regularidade, previsibilidade, objetividade, proporcionalidade[4].

4 A crise de confiança, de legitimidade, expande-se pelo horizonte dos fatos reais/virtuais: "O vínculo entre o pessoal e o institucional se rompe. O círculo se fecha sobre si mesmo. Enquanto

Concluímos não apenas por um paradoxo, mas pela imposição de uma contradição insolúvel, em que a objetividade conduz à objetificação total da subjetividade. A pulverização extremada das sociedades massificadas pela pós-modernidade corresponde à representação política surgida com a extrema individualidade das microfísicas do poder: a conhecida junção entre Revoluções Coloridas, neoliberalismo e a globalização do EU cego.

Como é que pensaremos numa educação da descompressão se a autoeducação, incrustrada na autocomunicação de massas (por entre as redes antissociais hegemonizadas), é "feita" pelo ser social que nega a Política, negando-se a ser ele mesmo o portador do ser social capaz de superar-se na afirmação da forma atualizada do "animal político"? Não haveria estranhamento do gênero humano mais estranho do que esse.

Em complemento, podemos dizer que há uma tese a ser construída: as populações jovens não são republicanas, porque só interagem virtualmente. E, como sabemos, o meio digital, efetivamente, não se comporta de modo republicano. Aliás, não são exatamente antirrepublicanos - esses são fascistas e corruptos -, os jovens apenas não sabem o que é República. Nem a escola ensina, nem têm essa experiência em casa. Então, os comportamentos são muito semelhantes às elites (que reproduzem a plutocracia: o governo dos piores). Ou, descrito em forma de problema conceitual: a República foi substituída (subsumida, fagocitada) pela plutocracia digital?

4 DISTÓPICOS MASCARADOS

Por que criamos máscaras, personagens, avatares, para nos escondermos? Pode-se dizer que uma "pessoa escondida" não tenha consciência de si, do Outro? Qual é o personagem real, qual é a personalidade que realmente vigora daquele indivíduo escondido atrás do Emoji, de um avatar indiferente, ou será aquele que existe em carne e osso, que tem algum emprego, que vai às ruas, talvez estude?

isso, procuramos às cegas uma saída que nos devolva aquela democracia mítica que pode ter existido em algum lugar, em algum tempo" (Castells, 2018, p. 28).

O que prevalece aqui, a ofensa, a postura fascista, racista, misógina, discriminatória, do meio virtual, em contas falsas, com superlikes igualmente deslegitimados pela empatia social, ou o sujeito que faz ou tem cara de santo e sai para o mundo real como um notável ser social?

Lembrando-se que se trata da mesma pessoa, nos dois lados da realidade existente, nas duas faces da moeda real e virtual (Lévy, 1996), com a mesma base material existente (suportes), mas com duas personalidades opostas, antagônicas, contraditórias, disruptivas, dissolutivas. De dia é um indivíduo cordato, educado, pode até ser uma pessoa religiosa, ou um engenheiro de segurança cibernética, e de noite é um hacker do caos, um avatar monstruoso. Qual deles é a pessoa de verdade, será que sofre de dupla personalidade, será que é tão cínico quanto um parasita social, será essa pessoa um psicopata, sociopata: indiferente, incapaz da sociabilidade efetiva? Convivialidade ele apresenta, sociabilidade, capacidade de interação social, não.

Parece que vivemos a reencenação de O médico e o monstro (Dr Jekyll and Mr Hyde). Na verdade, presumindo que se trata do mesmo indivíduo – sem condições de se efetivar como ser social – temos que lhe atribuir a mesma personalidade, com ou sem máscaras de psicopatia, sociopatia social avolumada. Porém, ao procedermos desse modo, é possível e necessário engendrar a hipótese de que essa pessoa é o que é, ou seja, esse indivíduo, o seu lado predominante, é aquele que se manifesta com toda força social nas sombras caladas da noite escondido pelos avatares monstruosos contidos em contas falsas. O “lado sociável” é a personalidade fajuta, *fake*, ardilosa, mentirosa (como mentira social), em que esconde as suas piores potencialidades sociais. Inclusive juridicamente seria considerado absolutamente capaz por todo o Mal social provocado enquanto vestisse a roupa de Hyde.

A decisão judicial não lhe levará em consideração, em seu estágio de o médico bonzinho e caridoso, a não ser que se abata uma psicopatia que o impossibilite de avaliar a realidade e assim ter consciência sobre si mesmo. Via de regra essas pessoas têm plena consciência de si, do que fazem, do que deveriam fazer, mas se negam a fazê-lo. O que não têm, nem parecem destinados a

desenvolver, é a admiração a consciência para si e para o Outro: interação, sociabilidade, empatia.

Na conclusão antecipada, podemos avaliar que se trata de profunda desconexão social, com traços de sociopatia, indiferença social, e sempre em busca de ampla satisfação para os desejos individuais, restritivos, regressivos, excludentes (consciência em si, indireta, liminar, restrita e restritiva). E é esse "lado da *persona*" que prevalece, que o faz ser quem é: aquele indivíduo racista, misógino, xenofóbico, homofóbico, elitista.

A outra face, da sociabilidade encenada (inexistente em si), não se faz, não se manifesta enquanto consciência para si: não embotada, propensa à vida social, apta a difundir uma consciência crítica e direta em defesa da política, do animal político, da vida social amplificada – e que combata todas as formas de sociopatia e que caminhem pela destruição da política (Martinez, 2023).

A partir desta argumentação, a pergunta que se põe é: que sujeito é esse que se constitui tendencialmente diante dessa nova realidade? De acordo com Bauman (2013), o humano está em processo de adiaforização, da perda da sensibilidade, dos valores éticos e morais que o compõe e compõem os outros. Até que ponto o que pensa, sente e deseja, é, realmente, o que pensa sente e deseja? Talvez questionamentos como esses estejam em processo de disrupção, em desacordo com os arranjos que fundamentam aquilo que se entende como auto subjetivação.

A isto, o ponto aqui não é compreender este humano enquanto uma singularidade excluída dos valores externos que o concebe, pelo contrário, o esforço consiste em refletir e nortear os processos de adiaforização que subverteram o comportamento humano ao longo da sua própria história dificultando seu processo de auto subjetivação.

A adiaforização consiste na elaboração de um modelo de sociedade sem precedentes. A racionalização, a burocratização e a tecnologia são instrumentos que tem afetado as subjetividades como nunca antes na história da humanidade. Estes mecanismos subvertem, confundem, alienam modos de ser, pensar e agir – removendo particularidades e especificidades que afetam o processo identitário. Neste sentido, retornamos ao processo de fragmentação do ser, da dificuldade de

se reconhecer como um membro participativo da comunidade, como ser social ativo.

Se o humano está perdido em valores imprescindíveis à vida, como a ética, a moral, a própria estética de si, este último, a partir da interpretação foucaultiana (2014), do cuidado de si – como entrar em consonância com a elaboração de si, numa constituição autocritica, autorreflexiva diante dos processos que o envolvem?

A argumentação tecida anteriormente nos permite chegar ao momento presente. Neste dia, hoje, uma das características principais perpassa pela espetacularização de si, da valorização da boa avaliação feita no software de transporte, ou na localização que é mencionada na mídia social, e um pouco além, passa pelas escolhas de se relacionar com alguém caso tenha mais de 100 mil seguidores na plataforma digital, como apontam os autores: “O olhar do outro deve constituir um olhar sobre si, deve abrir todo um outro campo de visibilidade que se situa agora no interior do próprio indivíduo (pensamentos, desejos, paixões) e que deve ser ‘observado’ nos vários sentidos da palavra, por ele mesmo” (Bruno; Pedro, 2004, p. 5).

De acordo com Foucault (2014), o que somos ou o que nos tornamos enquanto humanidade é característico de cada tempo e espaço, bem como a maneira com a qual se estabelecem questões como verdades, mentiras, valores éticos e morais, por exemplo. Porém, a reflexão incide em como constituir a si mesmo diante destes processos de transformação.

Neste sentido, como lidar com as relações estabelecidas pelo autor supracitado, quando o presente momento tem sido polarizado com discursos determinísticos de lideranças que constituem as *big tech* numa corrida por poder, dominação e soberania tecnológica? Lideranças como Elon Musk, Mark Zukemberg, Xi Jinping, por exemplo –, que produzem valores a partir dos seus interesses comerciais que na maioria das vezes não versam com a democracia, práticas de liberdade e demandas comunitárias. Logo,

> (...) a regulação das *big techs* se tornou mais urgente do que nunca. É impossível continuarmos sem uma lei regulatória das redes sociais. Ou o país enquadra essa turma ou passará os próximos anos vendo sua democracia como marionete nas mãos de bilionários estrangeiros donos de *big techs* (Filho, 2024, *online*).

Mas não só isso, a subversão humana perpassa, também, pela arquitetura de software que tem sido desenvolvido pelas grandes corporações – uma linguagem neural que manipula, controla, modifica o comportamento humano em detrimento de superavit comportamental (Zuboff, 2019). São desafios sem precedentes, o humano encontra-se vulnerável diante destes novos contextos, e, em muitos casos, inconscientes destas relações – manipulado, subjugado, dominado pelo silêncio dos algoritmos, pelo exercício do discurso das lideranças, pela vigilância constante, pelos recursos tecnológicos e o design de software que impressiona.

A este respeito, Elon Musk, desesperado por fontes de lítio, recurso fundamental para o desenvolvimento das baterias utilizadas nos carros eletrônicos da sua empresa (Tesla), tem estabelecido estratégias internacionais, sobretudo apoiado pela extrema direita, para firmar estes acordos a partir dos interesses comerciais. Assim:

> No Brasil, é mais interessante para Musk cumprir o papel do destemido militante ultralibertário para desestabilizar o governo. O país descobriu recentemente várias reservas de lítio, que é o metal essencial para a produção de baterias, energia solar e eólica e carros elétricos. A volta dos bolsonaristas ao poder poderia garantir a Musk — que também é dono da Tesla, fabricante de carros elétricos — livre acesso às reservas de lítio (Filho, 2024, *online*).

Por conseguinte, a aproximação de Elon com o Brasil incide numa realidade que tende a desestabilizar a democracia no país, com a construção de narrativas que confundem a consciência social a serviço dos seus interesses próprios.

Como lidar com estes desafios que atravessam a história humana global? Será que respostas para questionamentos como estes estão em confluência com o que é estabelecido para si mesmo? Como é o “fazer-se política”, obviamente para o Outro, se a pós-modernidade se encarregou de estiolar as relações sociais e políticas mais significativas? Aquele personagem “engenheiro da destruição” (engenheiro de segurança, de dia, e à noite o hacker que desfaz o que acabara de fazer – a fim de se assegurar no mesmo emprego), é apenas uma imaginação social, é surreal demais para ser verdadeiro, ou é uma tendência de afirmação atual?

Portanto, quais são as práticas cotidianas de liberdade do humano? Aqui, se trata liberdade não apenas como uma força externa, mas como prisões internas, também. Um alerta direcionado à libertação de si para consigo mesmo. Desta forma, indica-se questionar a natureza da própria realidade para que se compreenda o chão no qual se pisa. Senão sua totalidade, pelo menos que garanta firmeza (ou explicite sua liquidez) no caminhar com confiança de que são nossos pés a decidirem onde vale pisar. Não é psicanálise, é sociologia e política em tempos em que a “moda pós-moderna” traz “engenheiros da destruição da política” com enorme fluidez e perseverança.

O que seria a realidade, senão uma tentativa constante de construção e reconstituição das narrativas que a compõem, de forma que não incida em uma trajetória determinada, com mecanismos de controle e poder de fora a impor e subjugar? Buscar por autenticidade tende a ser um caminho para a liberdade de si e de forças externas que constitui o humano. O objetivo não é a bolha, mas sim o humano genérico. Que a autoafirmação, a transfiguração de si, a valorização de si enquanto ser social (avesso ao “engenheiro da destruição”) seja um convite para uma desfragmentação, a construção de formas atualizadas de potencialidades e de sociabilidades – inclusive empregando-se as redes sociais e que hoje são apenas antissociais.

Afinal, o que é sociabilidade para pessoas que nunca saíram das bolhas de individualismo, personalismo, indiferença ao que não se pareça com Narciso? Como sair das minis lutas, das lutas isoladas, individuais, prisioneiras de bolhas que se fecham no próprio significado (autoatribuído), tendo-se em conta a necessidade urgente de que o “sujeito” se encontre com o ser social?

5 CONCLUSÃO (COMUNICAÇÃO X EXTENSÃO)

A partir das discussões supracitada, compreende-se que o sujeito se constitui como uma anatomia extensionista dos vieses ideológicos e políticos das grandes corporações de dados. Os rastreadores digitais, nudging (arquitetura de escolha), redes neurais de predição comportamental, são instrumentos que potencializam a elaboração do indivíduo comodificado.

A passividade do indivíduo frente a arquitetura de *software* fundamenta-se como um receptor dataficado da informação, irreflexivo desta realidade presente, sustentado por um poder algorítmico, por discursos políticos (dos líderes das tribos, de estados, por exemplo), dentro de uma alienação cultural do eu – aprisionando-o dentro de si mesmo, induzido a acreditar em *fake news,* servindo voluntariamente a estas formas de dominação, assim: “estimulando a massificação, a manipulação contradiz, frontalmente, a afirmação do homem como sujeito, que só pode ser na medida em que, engajando-se na ação transformadora da realidade, opta e decide” (Freire, 1983, p. 27).

Constituir-se como sujeito na dinâmica competitiva do século XXI tende a ser uma das formas de resistir aos mecanismos de controle e poder que fundamenta essa época. Ser sujeito em sua dimensão mais ampla, como indica Freire (1983), concebendo-se como um ser social ativo, como sujeito crítico-histórico, sendo responsável pela transfiguração da sua própria história.

Não mais como uma espécie de matéria-prima deliberada, mas como ser participativo da práxis dialógica, que não só consente com o fornecimento da matéria-prima (dados comportamentais), mas que conhece, recusa, cria muros que impeçam ou dificulte essa apropriação predatória de si. Ser um sujeito que se apropria das dimensões de si mesmo, assim: “esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens. O de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizem”. (Freire, 1983, p. 22).

Por isso a Comunicação, para que, na racionalidade entre sujeitos do conhecimento (seres sociais ativos), não sejam mais extensões, depósitos de vontades induzidas por algoritmos (especialmente os racistas). Ou seja, para que não nos comportemos passivamente como "servos voluntários" do capital globalizado (rentista e precarizado) do século XXI.

É importante destacar quais debates são necessários para situar o ser humano no momento presente. Não se deve olhar para essa dimensão com uma perspectiva fetichista da IA, dos discursos, ou da inovação tecnológica, mas sim compreender que, neste cenário, não basta indicar que a tecnologia digital veio para ajudar, e que o ser humano faz mal uso de suas funcionalidades. Pelo

contrário, é necessário entender que a própria arquitetura dela é concebida para alienar o eu, utilizando-se da ingenuidade e/ou ignorância humana, com modelos de vigilância, rastreadores, mecanismos de escuta, cruzamento de dados, geração de perfil individual, comercialização de dados entre empresas, algoritmos de predição comportamental, algoritmos de reconhecimento de emoções que afetam diretamente o que significa ser sujeito na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas:** o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BAUMAN, Zygmunt, DAVID, Lyon. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BIDDLE, Sam. Ellon Musk lucra com a vigilância estatal que diz combater. **The Intercept Brasil.** [S.l]. 09 abr. 2024. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2024/04/09/elon-musk-lucra-com-a-vigilancia-estatal-que-diz-combater/. Acesso em 09 abr. 2024.

BOÉTIE, La de Étienne. **Discurso Sobre a Servidão Voluntária.** Versão para e-book, 2006.

BRUNO, Fernanda, PEDRO Rosa. Entre aparecer e ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea. **Revista InTexto.** Porto Alegre, n 11, pp. 116-127, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DEPUTADOS dos EUA divulgam decisões sigilosas de Alexandre de Moraes removendo perfis do X. **Estadão**. 18 abr. 2024, São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/04/18/deputados-dos-eua-divulgam-decisoes-sigilosas-de-alexandre-de-moraes-removendo-perfis-do-x.htm#:~:text=V%C3%A1rios%20dos%20perfis%20derrubados%20pelas,tramita%20em%20sigilo%20no%20STF. Acesso em 18 abr. 2024.

FILHO, João. Bolsonarismo entreguista articula rede internacional contra o STF. **The Intercept Brasil**. [S.l] 13 de abril 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/04/13/bolsonaristas-rede-internacional-stf/>. Acesso em:15 de abril de 2024.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Vozes. Petrópolis: 2014.

LÉVY. Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **A destruição da política:** a sociedade de controle entre a pandemia e o pandemônio político. Campina Grande: EDUEPB, 2023. Disponível em: https://zenodo.org/records/8298411. Acesso em 10/04/2024.

ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância. Rio de Janeiro: Intríseca